

PROJETOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIAS DE ENSINO

POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES PCDS NA UFT: BREVE ESTUDO PARA IDENTIFICAR O PERFIL DO ESTUDANTE PCD

Maria de Fátima Caracristi¹; mariaf@uft.edu.br
Idglan Souza Maia²; bob@uft.edu.br (coautor)
Fenelon Milhomem³; topogigo@gmail.com(coautor)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo traçar o perfil dos estudantes PcDs na Universidade Federal do Tocantins (UFT), a partir de dados e observações pontuais, que foram obtidos nos anos de 2022-2023, na vigência do Projeto Inovajor, do curso de jornalismo, vinculado ao Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP). Constatou-se que 341 estudantes, de um total de 16.385, são categorizados como PcDs. A acessibilidade e a inclusão são temas importantes nas agendas públicas e tornaram-se um grande desafio, especialmente, para as instituições de ensino superior. A pesquisa mostrou que a maioria dos estudantes PcDs da UFT são do sexo masculino e de estados como Tocantins, Goiás e Pará. Concluiu-se, nesta etapa da pesquisa, que é preciso rever as estratégias de ensino e adaptar os planos pedagógicos, para atender as necessidades dos acadêmicos. A pesquisa também identificou as dificuldades enfrentadas em implementar políticas de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Pessoa com deficiência. Política Pública

¹ Professora Associada do Curso de Jornalismo da UFT, doutora em Geografia IESA/UFG; mestre em Ciências da Comunicação ECA/USP, coordenadora do PIIP-Inovajor; líder do Grupo de Pesquisa CNPQ, Mídias e Territorialidades Ameadas; mariaf@uft.edu.br

² Doutorando do Curso de Desenvolvimento Regional da UFT; mestre em Desenvolvimento Regional UFT; Técnico em Audiovisual do Curso de Jornalismo da UFT; bob@uft.edu.br

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Tocantins, Monitor do PIIP Inovajor - Jornalismo UFT, topogigo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo relata brevemente o trabalho de pesquisa e extensão realizado pelo Projeto Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) Inovajor, implementado pelo curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa teve o objetivo geral de traçar o perfil do estudante PcD com matrícula ativa na UFT em todos os campi e como objetivos específicos elencou-se: a) aprimorar a discussão sobre o tema, b) levantar dados que permitam que as políticas de inclusão sejam otimizadas na UFT.

O trabalho se justifica diante dos desafios e das dificuldades encontradas diante do ingresso de estudantes PcDs na graduação do curso de Jornalismo e de outras graduações da UFT. No curso de jornalismo, o ingresso de duas estudantes cegas, um estudante cadeirante, durante a vigência da lei de cotas, alterou significativamente o *modus operandi* das estruturas pedagógicas, gerando a necessidade de mudanças comportamentais do corpo docente e discente, além da urgência em reconfigurar pedagogicamente os espaços de aprendizagem e de ensino, o que incide na gestão da UFT e na implementação das políticas de acessibilidade.

O reconhecimento institucional de que o mundo contemporâneo exige das universidades e ambientes institucionais de aprendizagem atitudes de inclusão, e que no discurso midiático que tem o jornalismo como categoria, a bandeira da inclusão e da diversidade é ampliada, é que buscou-se compreender, quantificar, inicialmente, a situação de entrada desses estudantes PcDs, em uma universidade pública federal da região norte do Brasil e categorizar também, as principais deficiências destes estudantes.

O estudo inicial, tem caráter exploratório, método, que busca a compreensão mais aprofundada do fenômeno pesquisado, visa levantar bibliografia e banco de dados, que conforme Shaughnessy, Zechmeister (2012), possibilite o avanço científico do tema. É também um estudo categorizado como quantitativo.

Os procedimentos científicos levam prioritariamente em conta as técnicas estatísticas, que serviram para quantificar as informações de dados referentes aos estudantes PcDs, disponibilizadas pelo setor de acessibilidade da UFT. Os dados foram coletados e processados para a elaboração de gráficos e tabelas, e, prioritariamente, visou obter os resultados numéricos, explorá-los e descrevê-los.

A importância do trabalho se deve ao levantamento sistematizado na busca pela clareza das informações, o que pode facilitar o trabalho dos gestores e a publicização dos resultados. Entendemos que uma comunicação acessível pode levar a resultados efetivos e espera-se que o resultado da análise possa auxiliar nas estratégias administrativas, auxiliando na tomada de decisão da gestão da universidade.

Um dos maiores desafios para os cursos superiores das universidades públicas do Brasil é acolher pedagógica e institucionalmente os estudantes PcDs, sigla que identifica pessoas com deficiência. No Brasil há 18 milhões de pessoas nessas condições, de acordo com o IBGE, pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022. As mulheres são 10,7 milhões, o que representa 10% da população feminina no país e 7,9 milhões são homens, 7,7% da população masculina. A acessibilidade é um tema atual na agenda política, o que se espera é o fortalecimento das políticas de inclusão, em todos os âmbitos sociais e que as universidades e institutos federais sejam porta-vozes deste ideário, já que são instituições de referência educacional no Brasil.

Este artigo relata brevemente o resultado da pesquisa que teve o objetivo geral de traçar o perfil do estudante PcD com matrícula ativa na UFT em todos os campi. A pesquisa se justifica pela necessidade pedagógica de atender aos estudantes PcDs, que ingressam no curso de jornalismo, determinando que novas abordagens de políticas e projetos pedagógicos se definam, visando mitigar os problemas de exclusão que se configuram no processo de permanência destes estudantes na graduação. A documentação foi realizada em fontes de dados institucionais da universidade, foram obtidas mediante a justificativa de atender às demandas das políticas de inclusão ainda em construção na instituição e diante das demandas pedagógicas e sociais que a lei de cotas para PcDs, criou no ambiente institucional do curso de jornalismo e da UFT.

2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva de abordagem quantitativa e fundamentada em fontes de dados documentais. Os elementos analisados são originados do setor de acessibilidade da UFT e da Pró-reitoria de Graduação- Prograd/Dirca/Sie no ano de 2023. Foram tratados 341 dados provenientes de estudantes PcDs lotados em todos os campi da Universidade Federal

do Tocantins. Os dados dão conta do total de 16.385 estudantes vinculados à UFT até junho de 2023, com matrículas ativas nos campi de Araguaína, Tocantinópolis, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional. As estatísticas realizadas tiveram por finalidade gerar perfis e caracterizar os estudantes PcDs da UFT.

Os desafios que a política de acessibilidade incide sobre os diversos órgãos, são resultado da Lei 13.146 de 2015, que criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei de Cotas para PcDs (artigo 93 da Lei nº 8.213/91), que garantiu a reserva de vagas para pessoas com deficiência para os Institutos (IFs) e Universidades Federais (UFs) nos níveis superior, técnico e médio.

A inserção de iniciativas históricas, tecnológicas que tem por finalidade diminuir o fosso de participação das pessoas com deficiência no processo social, é antiga, começa a ocorrer com mais representatividade em torno do século IV onde surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam pessoas deficientes e indigentes, época em que também combateu-se a prática de eliminação das crianças que nasciam deficientes (GUGEL, 2007)

Do século IV ao século XXI em um processo lento a sociedade vai criando estratégias de inclusão das pessoas deficientes na participação social, e só recentemente com a Lei de Cotas, no Brasil, o cenário começa a mudar. Costa; Naves (2020) consideram, depois da investigação que realizaram junto aos estudantes PcDs que optaram por matrícula pelas cotas via Sisu no ano de 2019, que é necessário divulgar a lei “junto aos gestores das universidades, estados, municípios, diretores de escolas e alunos com deficiência no ensino médio, considerando que a lei não contempla alunos que frequentam escolas privadas” (p.966).

Guimarães; Borges; Van Petten (2021) em outro trabalho de pesquisa concluíram que, embora os estudantes tivessem dificuldade em nomear de forma direta como a Política de 2008 impactou o seu percurso escolar, a possibilidade de escolarização em escola regular foi um diferencial que permitiu o acesso ao ensino superior. Esses artigos corroboram para o entendimento de que há um desconhecimento das leis da acessibilidade e que a atitude de inclusão é uma agenda aparentemente distante dos gestores. Os problemas que impactam diariamente a mobilidade, a socialização e o aprendizado de estudantes PcDs em várias instituições de ensino no Brasil se unem à falta de práticas pedagógicas adequadas para cada caso

específico de deficiência e a inércia dos gestores, professores e corpo técnico, em auxiliar na construção positiva desta política.

Em pesquisa realizada por Cantorani; Pilatti et al (2020) que teve por finalidade verificar a adequação de uma instituição de ensino específica (IFES no Rio Grande do Sul), ao sistema de cotas para PcDs, constatou-se que a instituição examinada não apresentava condições adequadas para o atendimento à cota para pessoas com deficiência estabelecida na referida lei. Conclui-se que, mesmo a lei n. 13.409/2016 sendo justa e necessária, as condições para a sua efetivação por parte do Governo Federal não foram criadas. Os autores concluem que o que deveria ser inclusão configura-se, na verdade, um processo de exclusão.

A temática da acessibilidade e da inclusão para PcDs no ambiente das universidades põe à prova a relação docente-discente. A formação técnica dos docentes das UFs geralmente desconsidera a formação pedagógica. Artigo de Pieczkowski; Grapilha (2018) considera que:

Embora o processo de ensino e aprendizagem seja um movimento complexo, multifatorial e que envolve professores e estudantes, historicamente, os papéis predominantemente atribuídos ao professor é o de ensinar e ao aluno o de aprender. A presença de estudantes com deficiência pode ressignificar esses papéis, pois o professor poderá necessitar aprender as especificidades do processo de aprendizagem desses estudantes, a exemplo do uso de tecnologias assistivas, para potencializar o êxito no ensino. (Pieczkowski; Grapilha, 2018, p.216)

Observa-se que o caráter imposto aos docentes das UFs foi realizado sem haver a preparação técnica para a demanda desses docentes, que desconhecem as legislações específicas que amparam os estudantes PcDs, e se veem diante de estudantes com problemas de acessibilidade graves, que vão de estudantes com altas habilidades, autistas, esquizofrênicos, cegos, surdos e paráliticos, dentre outras deficiências.

A universidade, ainda é lugar de construção de conhecimento, resultado de projetos de pesquisa que promovem a aproximação dos que pensam igual, isso, numa relação professor-aluno, gera o estreitamento de laços identitários, que se consolidam da graduação à extensão, segue na pós-graduação, uma relação de identidade que se fortalece entre as afinidades de áreas e de produtividade, que escanteia os estudantes PcDs em detrimento dos sem deficiência.

Bhabha (1998, p. 220) mostra que as diferenças culturais, raciais, de gênero, de classe “não seriam problemáticas se fossem apenas diferenças. A questão central é que elas são hierarquizadas socialmente e se transformam em desigualdades”. Além dessas variáveis estão as diferenças socioeconômicas, que problematizam ainda mais as experiências acadêmicas dos mais vulneráveis economicamente, desigualdades econômicas, culturais que acentuam negativamente a existência dos diferentes nos espaços acadêmicos.

É direito dos acadêmicos PcDs serem atendidos mediante um Plano de Ensino Individualizado (PEI), previsto no artigo 28 da Lei nº 13.146 de 06/07/2027. Neste documento estão presentes as características individuais do estudante PcD, objeto que serve para criar espaço inclusivo através de ferramentas adaptativas de ensino colaborativo.

Outra variável importante que incide sobre o êxito ou fracasso do estudante são as diferenças econômicas e culturais. Estudantes oriundos de periferia, com baixo poder aquisitivo, sem a assistência familiar, têm grande dificuldade de acompanhar as rotinas necessárias para a formação e são mais propensos à evasão.

Os sonhos traçados pelos estudantes PcDs, diante da possibilidade de ingresso nas UFs, não podem ser frustrados pela inércia institucional das universidades em adotar as diretrizes regulatórias nos processos pedagógicos. É comum acreditar que determinada condição física possa limitar algumas práticas, mas o que se percebe é que o acadêmico busca autonomia mesmo diante de atividades taxadas como limitantes, parte das limitações só existem nas estruturas de ensino e não nos discentes na condição de PcDs. O que se recomenda é o uso de tecnologias assistivas que possam se adaptar às necessidades de cada indivíduo.

Até recentemente, as tecnologias assistivas eram pouco conhecidas no contexto da universidade, inclusive porque pessoas com deficiência eram raras nesse cenário, uma vez que a expansão de matrículas de estudantes com deficiência na educação superior é um fato contemporâneo. (Pieczkowski; Grapilha, 2018, p.223)

As tecnologias assistivas visam proporcionar maior autonomia e independência para pessoas com deficiência, permitindo que elas realizem tarefas por conta própria. Isso contribui para a construção de uma autoimagem positiva. Essas tecnologias também ajudam a promover inclusão social e a melhorar a funcionalidade e participação das pessoas com deficiência. Elas englobam recursos e serviços que

auxiliam a minimizar as dificuldades e ampliar as habilidades funcionais dessas pessoas. Nesse contexto é importante atentar para o que diz a Lei 13.146 de 2015:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 1995)

A lei também esclarece o que são barreiras, o entendimento em especial sobre este aspecto ajuda na compreensão do que seria preciso para o bom funcionamento das políticas PcDs na universidade:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (Brasil, 1995)

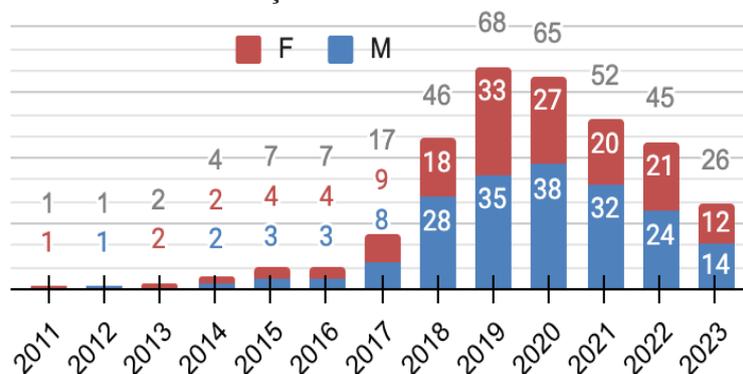
O artigo 4º reza que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (Brasil, 1995). Entender o papel de uma universidade multicampi nesse contexto é fundamental, como também é urgente dotar os setores de acessibilidade das UFs e IFs de profissionais comprometidos e que recebam amparo da gestão.

Os desafios aos quais o público PcD está exposto são muitos e variam em grau e ordem de importância. Acreditamos que o primeiro passo é dotar as instituições de informações sobre as políticas que protegem estes estudantes, além de esclarecer as obrigações pedagógicas do corpo docente, ampliar e estimular as informações de publicização dos dados, de leis e regimentos, seguido por diretrizes que promovam métodos de inovação pedagógica, que estimulem a participação dos discentes PcDs na graduação, na pesquisa e na extensão.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada levando em conta os dados coletados institucionalmente na UFT. O gráfico 1 demonstra que de 2011 até junho de 2023 iniciaram suas atividades na UFT 341 estudantes PcDs em todos os campi. No ano de 2019, entraram 68 estudantes PcDs, sendo 33 do sexo feminino (em vermelho) e 35 do sexo masculino (azul). Apesar da pouca diferença há maior participação de pessoas do sexo masculino.

Gráfico 1: distribuição dos acadêmicos PcDs entre os anos de 2011 e 2013



Fonte: Elaboração dos autores com dados da Prograd/Dirca/Sie (2023)

O registro de acadêmicos portadores de algum tipo de deficiência na UFT começou a ser contabilizado no ano de 2011 com o ingresso do primeiro discente na cidade de Palmas-TO, no ano seguinte, 2012, outro registro aconteceu, também na cidade de Palmas-TO, em 2013 foram contabilizadas duas matrículas, dessa vez em Tocantinópolis e Porto Nacional. Os números foram crescendo nos anos seguintes, 2014 com três, 2015 e 2016 com sete e logo após houve um salto em 2017 com dezessete entradas naquele ano. O maior crescimento registrado foi para o ano de 2018 onde 46 acadêmicos PcDs efetuaram matrícula. No ano seguinte (2019) houve o maior número de inscritos, com 68 acadêmicos. Já entre os anos de 2020 e 2023 esses números diminuíram, o que talvez possa ser explicado pelo período de pandemia, mesmo assim foram respectivamente 65, 52, 45 e 23 matrículas efetuadas.

O trabalho de pesquisa levantou dados que demonstram a participação dos acadêmicos PcDs no universo de pessoas matriculadas na UFT, assim como o percentual em cada campus, ao final foi possível criar um gráfico que facilita a

interpretação dos dados para o público externo, uma vez que eles são apresentados apenas como números documentais e de forma individual em cada campi (fonte: Prograd/Dirca/Sie).

Tabela 1: Total de alunos vinculados em junho/2023

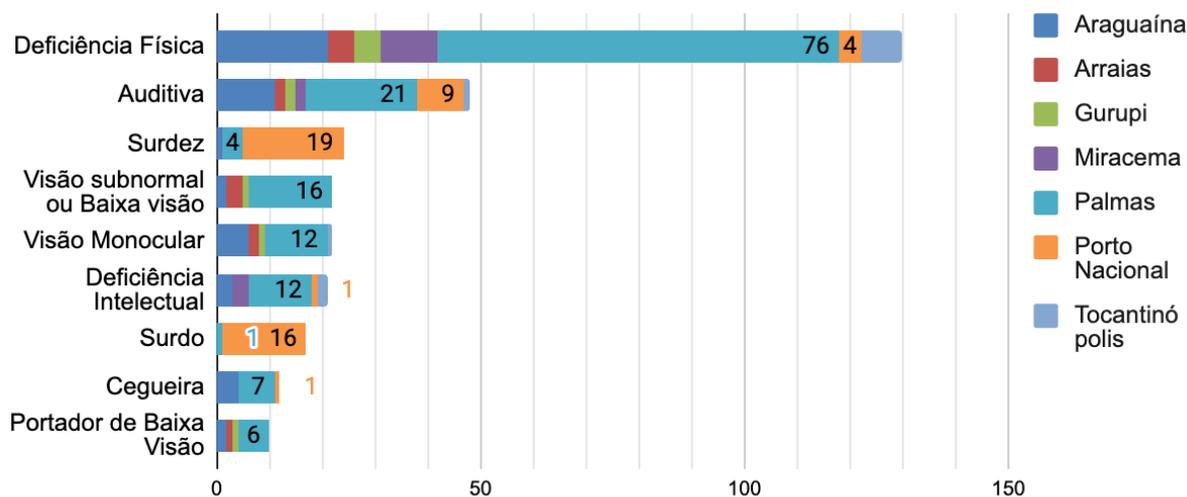
Campus	Total de alunos vinculados	% de Matrículas	Total de alunos PcDs	% dos PcDs
Araguaína	3559	21,72	55	16,13
Arraias	1449	8,84	14	4,11
Gurupi	1038	6,34	13	3,81
Miracema	1194	7,29	17	4,99
Palmas	6701	40,90	177	51,91
Porto Nacional	1548	9,45	51	14,96
Tocantinópolis	896	5,47	14	4,11
TOTAL	16385	100	341	100

Fonte: Elaboração dos autores com dados da Prograd/Dirca/Sie (2023)

O levantamento revela que os campi de Palmas e Araguaína, por serem os maiores, são os que mais possuem acadêmicos na condição de PcDs mas é importante frisar que a interpretação deve ser feita em termos percentuais e nessas condições a cidade de Porto Nacional é proporcionalmente quem mais recebeu acadêmicos PcDs sendo 3,29%, seguido de Palmas com 2,64% e Tocantinópolis com 1,56%. Chama a atenção o campus de Tocantinópolis que, mesmo sendo o menor entre eles (896), recebeu 14 acadêmicos com necessidades especiais. Por outro lado, o campus de Arraias é proporcionalmente o que menos recebe acadêmicos na condição de PcDs, em um percentual que fica abaixo de 1% (0,97) logo após vem o campus de Gurupi com 1,25% entre os 1038 que efetuaram matrícula.

É importante ressaltar que a leitura atenciosa e sistemática dos dados pode permitir para a gestão uma alocação melhor dos recursos, uma vez que é sabido que muitas vezes o orçamento apertado das universidades não permite atender todas as demandas, principalmente quando se é multicampi. Com relação ao conjunto de deficiências, também, é importante entender como cada campus é afetado e quais as possibilidades de lidar com a demanda. Interessa para fins futuros de pesquisa, observar como os profissionais lidam com essa demanda crescente e como os gestores distribuem os recursos com foco na solução de tais problemas.

Gráfico 2: Conjunto de deficiências relatadas e sua distribuição entre os campi da UFT



Fonte: Elaboração dos autores com dados da Prograd/Dirca/Sie (2023)

O gráfico 2 apresenta o número de acadêmicos com necessidades especiais em cada campus, bem como o total geral de PcDs. As categorias de deficiência não estão todas listadas, mas incluem deficiência física, auditiva, surdez, visão subnormal ou baixa visão, visão monocular, deficiência intelectual, surdo, cegueira, portador de baixa visão, deficiências múltiplas, autismo, síndrome de Asperger, deformidade congênita ou adquirida, monoparesia, mobilidade reduzida, artrite reumática, portador de visão parcial, paralisia cerebral e amputação.

Tomando como exemplo o campus de Araguaína-TO, há 21 alunos com deficiência física, 11 com deficiência auditiva, 1 com surdez, 2 com visão subnormal ou baixa visão, 6 com visão monocular, 3 com deficiência intelectual, 1 surdo, 4 com cegueira, 2 portadores de baixa visão, nenhum com deficiências múltiplas, 1 com autismo, 1 com síndrome de Asperger, 2 com deformidade congênita ou adquirida, 1 com monoparesia e nenhum com mobilidade reduzida, artrite reumática, portador de visão parcial, paralisia cerebral ou amputação. No total, o campus de Araguaína possui 55 alunos com necessidades especiais.

O campus de Palmas possui o maior número com 177, e o campus de Porto Nacional possui 51. Nos outros campi, há um número menor de alunos com deficiências, sendo 17 no campus de Miracema, 14 no campus de Arraias e Tocantinópolis e 13 no campus de Gurupi. No total geral, há 341 alunos com necessidades especiais em toda a instituição no ano de 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É cada vez mais urgente estabelecer políticas efetivas de permanência nas UFs para estudantes com deficiência, uma vez que já existem regras e benefícios assegurados para que as PcDs possam ingressar nas UFs e IFs, e receberem os atendimentos especializados com amparo na Lei nº 13.409.

Se já existe o ingresso assegurado e amparado por lei, resta o desafio da permanência exitosa no ambiente acadêmico. Para tanto é necessário que a UF conheça o público que a cada ano ingressa nos mais variados cursos, as suas limitações físicas, visual, mental ou múltiplas, e as especificidades dos alunos, que é a contribuição deste estudo.

Outro ponto não menos importante é atualizar pedagogicamente os docentes das necessidades de adaptar-se nos postulados pedagógicos e estruturais das leis e diretrizes educacionais que defendem a inserção de PcDs e propõem que tecnologias assistivas e inovadoras possam ser inseridas nas pesquisas e projetos de extensão visando mitigar as dificuldades da acessibilidade para os estudantes.

Concluiu-se que dos 16.385 estudantes com matrículas ativas na UFT em todos os campi, 341 são categorizados como PcDs. O campus de Palmas é o que tem mais estudantes PcDs, e a maior parte deles é do sexo masculino. A maioria é natural dos Estados do Tocantins, Goiás e Pará. Identifica-se também a dificuldade que a instituição apresenta em pôr em prática as leis que asseguram direitos pedagógicos aos estudantes PcDs, que, mormente, entraram no ensino superior nessa importante instituição pública federal, não conseguem obter todas as assistências necessárias para que permaneçam com êxito durante a formação superior. A pesquisa foi desenvolvida na vigência do Programa de Inovação Pedagógica - PIIP - do curso de Jornalismo da UFT, nos semestres de 2022.2 até 2023.2 o que possibilitou a percepção de busca por soluções que viabilizem a permanência dos acadêmicos PcDs em seus cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de julho. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 10 de março de 2024.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; HELMANN Caroline Lievore; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da. **A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p.01-26, 2020.

COSTA, Vanderlei Balbino da; NAVES, Renata Magalhães. **A implementação da lei de cotas 13.409/2016 para as pessoas com deficiência na universidade**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 966–982, 4 mar. 2020.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Lei Nº 1.146 de 06/07/2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/>>. Acesso em: 10 de março de 2024.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis, Obra Jurídica, 2007.

GUIMARÃES, Maria Cecília Alvim; BORGES, Adriana Araújo Pereira; PETTEN, Adriana M. Valladão Novais. **Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. 935-952, 2021.

IBGE. **Censo 2022**. <<https://censo2022.ibge.gov.br/>> Acesso em: 02 de março de 2024.

PIECZKOWSKI, T. M. Z.; GRAPILHA, J. **Desafios e possibilidades no processo de avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência visual na universidade**. Educação em Perspectiva, v. 9, n. 2, p. 215–229, 19 out. 2018.

SHAUGHNESSY, J.J.; ZECHMEISTER, J.S. **Metodologia de pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: 2012 AMG Editora.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada : A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo, CEDAS, 1986.